

Falta de Saúde

Falta de Educação

Falta de Trabalho

Falta de Habitação

Falta de Agricultura

OS CINCO PROGRAMAS DO (DES)GOVERNO DE FHC

Leia mais nesta edição:
Bancários preocupados com o próximo século. Pág. 2
Súmulas do TST sobre Planos Pág. 3

Bancários X Banqueiros**PERSPECTIVAS PARA 2.000
PREOCUPAM OS BANCÁRIOS****OPINIÃO****PERSPECTIVAS DOS BANCÁRIOS
PARA O PRÓXIMO MILÊNIO**

Hoje as maiores preocupações das instituições financeiras são retirar os clientes das agências, e limitar os serviços prestados.

As conseqüências destes objetivos serão sentidas em maior intensidade nos próximos anos, com redução do número de bancários, com o fim dos serviços de retaguarda, e diminuição sensível do número de caixas e escriturários.

Os bancos querem que o bancário do próximo milênio tenha um perfil de profissional liberal, seja especializado no atendimento direto ao grande cliente, e preparado para orientar as melhores aplicações e investimentos, inclusive em bolsas de valores, e mercados futuros.

O movimento sindical bancário deve encarar como positiva a especialização de bancários, e a informatização dos bancos, que beneficiam a população. Deve, no entanto, lutar para que seja defini-

do um perfil social para as instituições financeiras na regulamentação do Art. 192 da Constituição, garantindo por lei horário de atendimento, ao público, mais amplo (das 9 horas às 17 horas), redução na jornada de trabalho dos bancários (para 5 horas), fim das horas-extras não pagas, e prestação de serviços aos pequenos clientes como recebimento de pequenas contas e estímulo à poupança popular.

Essas medidas diminuirão, em um primeiro momento, as demissões, e posteriormente, a contratação de novos bancários, conseqüentemente melhor atendimento à população.

Esses são alguns dos desafios que a categoria dos bancários tem pela frente.

Da organização, mobilização, e luta da categoria, depende o futuro dos bancários.

(Mirna Loi Labre-presidente-Seeb-Campo Mourão)

DESAFIOS PARA O ANO 2000

Caminhamos a passos largos para a extinção de uma classe até pouco tempo atrás sagaz, participante, e porque não dizer influente no Estado brasileiro. O bancário já representou, e bem, a classe média brasileira. Ser bancário satisfazia o ego de boa parte das pessoas. Era uma profissão invejada. Uma vez bancário todos os sonhos poderiam tornar-se realidade. O sonho da casa própria... O sonho do carro "zero"... O sonho da viagem ao exterior...

É com essa esperança que milhares de brasileiros se desdobram e correm atrás de um trabalho/futuro tão promissor. A maioria enfrentou verdadeiros "vestibulares" para conseguir realizar tal façanha. Conseguiram!

Os "felizardos" então começam uma nova etapa em suas vidas. Dedicam-se, por inteiro, ao novo desafio, com muita garra, dedicação, e profissionalismo. A dedicação é tanta que falta tempo para a família, para o lazer, e para os estudos.

Mas a esperança de realizar seus sonhos continua viva dentro de cada

um! Paulatinamente o "profissional do ano 2.000" começa a ter sórdidos pesadelos: plano X; plano Y; plano Z.

Acordado então para esta situação começa a desmoronar seu castelo de areia. O egocentrismo em que vivia até então, já não tem mais sentido. Lentamente começa a enxergar novos horizontes, mas é um profissional em "órbita" num sistema falido.

A "boa empresa" que ele vestiu a camisa não o valoriza mais. Foi substituído por um "ente" que não anda, não fala, não ouve: parece uma máquina!

De cara com uma nova realidade, alguns suicidam-se, outros tornam-se alcoólatras, outros tantos enlouquecem, e muitos continuam lutando para sobreviver à agressão contra os trabalhadores que são cometidas pelos patrões, e pelo governo de FHC.

Ali estão os professores, os funcionários públicos, os Sem-Terra, os Sem-Teto, os Meninos de Rua. Enfim, a grande maioria do povo brasileiro. (Anínoel P. de Couto-presidente Seeb/Assis Chateaubriand)

A reestruturação patrimonial da indústria bancária, com as fusões e incorporações de bancos que atuam no varejo, com o apoio do governo FHC, que criou o Proer, está provocando impactos diferenciados sobre o trabalhador bancário.

O registro desse processo foi elaborado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), em maio/96, na Confederação Nacional dos Bancários da CUT.

O DIEESE destacou que as fusões e incorporações no setor bancário são motivadas pelo porte dos bancos envolvidos, e se esses bancos (envolvidos) exercem uma forte atuação regional, de varejo ou de atacado.

IMPACTOS

(Sobre a clientela) - A fusão entre bancos de características semelhantes causa impactos significativos em termos de melhoria do auto-atendimento. Ao mesmo tempo, inúmeros equipamentos de auto-atendimento que realizam serviços mais sofisticados demandam escala para que sua utilização se torne viável. Pode-se esperar, ainda, que a fusão traga alguma inovação em termos de segmentação da clientela, já que haverá um aumento significativo do número de clientes em cada um dos segmentos atendidos pelo banco, o que justifica a sofisticação de serviços destinados a segmentos específicos.

Entre 1986 e 1995, apenas na cidade de São Paulo, o setor bancário desativou mais de 40 mil postos de trabalho. O processo de reestruturação pelo qual vem passando o setor financeiro, determinou sensíveis alterações no perfil ocupacional da categoria.

(Sobre o emprego) - Significativos, também, serão os impactos sobre o emprego. No setor administrativo as reduções de postos de trabalho estão associadas aos ganhos de escala, às inúmeras possibilidades de superposição de áreas.

Nas agências, a redução de funcionários será tanto maior quanto for a possibilidade de sofisticação tecnológica decorrente da fusão. Além disso, bancos com características mercadológicas semelhantes tendem a possuir agências nas mesmas áreas ou regiões, o que aumenta a possibilidade de superposição de agências.

Pode-se ressaltar ainda o potencial de redução de clientes nas agências que está associado aos aprimoramentos técnicos, e à assimilação da utilização dos equipamentos de auto-atendimento e outros serviços eletrônicos pelos clientes.

(Sobre a distribuição ocupacional)

- As fusões podem acentuar algumas tendências em curso no setor. Por um lado, deverá crescer a participação de ocupações de diretoria e gerência.

Esse crescimento será tanto maior quanto maior for a estratégia de segmentação da clientela adotada pelos bancos que estão passando pelo processo de fusão.

Isso deverá acentuar a queda de ocupações como escriturários e chefias intermediárias. Ressalte-se que o número de caixas, que se mantém relativamente estável, deverá passar por uma redução muito acentuada, porque esses profissionais estão no horizonte dos processos já passíveis de automação.

A queda desses profissionais deverá ser tanto mais acentuada quanto maior for a assimilação da utilização do auto-serviço pelos clientes desses bancos. Com isso, acentua-se a tendência de maior valorização de profissionais mais qualificados.

Repercussões para os clientes -

Parcela significativa desses clientes pode não atender à elevação das exigências. Com essa possibilidade, após a fusão, o banco estaria ampliando seu negócio e utilizando apenas uma determinada parcela de clientes de banco comprado, aquela com maior nível de renda. Essa

opção implicaria atuação em segmentos mais restritos de clientes, e a elitização da clientela do banco.

Repercussões para o emprego -

Deve ocorrer um impacto negativo sobre o emprego, em decorrência da superposição de agências dos dois bancos, embora menor do que a verificada entre bancos com características mercadológicas semelhantes (JBL).

PACTU
O jornal PACTU é uma publicação de responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paraná, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo e Umuarama

Supervisão:
Wilson de Souza

Editor:
João Batista Lago

Redação:
Av. Rio Branco, 4226 - CEP: 87.501-130
- Fone/fax: (044) 622 - 1979
Umuarama - Paraná

GI
GRÁFICA
LITÓGRAFIA

623-3311 4.000 Exemplares

SINCATOS DA CUT COBRAM NA JUSTIÇA PERDAS SALARIAIS

O QUE É, E COMO NASCE UM ENUNCIADO

Enunciado é o resumo da decisão do pleno do TST, que se reúne para uniformizar as decisões em processo com pedidos semelhantes. Exemplo: perdas salariais de planos econômicos.

O julgamento de processos no TST dá-se através das turmas de Ministros. São cinco turmas com cinco Ministros cada. Essas turmas, separadamente, julgam processos com pedidos semelhantes, e às vezes, dão decisões idênticas.

O resultado de um julgamento no TST recebe o nome de Jurisprudência. Na linguagem jurídica, enunciado é a uniformização de jurisprudência a ser aplicada em futuros processos semelhantes.

Os caminhos para chegar à edição de enunciados são dois. Num deles, no caso acima citado, qualquer Ministro do TST, percebendo a ocorrência de inúmeras decisões em processos semelhantes, em trâmite no tribunal, faz um requerimento ao presidente do TST, citando os casos e requerendo uma reunião do Pleno. Pleno é a reunião dos 27 membros (25 Ministros, mais o presidente, e o corregedor), para discutir e votar o assunto requerido. A votação é por maioria simples. Este é o caminho. Parece ser democrático, pois, havia jurisprudência semelhante. Em 41 anos de atuação do TST editaram-se 68 enunciados com este procedimento.

Após o ano de 1992, um projeto do Ministro Almir Pazzianoto, aprovado pelo TST, cria uma fórmula duvidosa para a edição dos enunciados.

Qualquer Ministro, estando julgando um processo, e sem nenhuma jurisprudência semelhante, cisma que a matéria do processo é do interesse público. Faz um requerimento ao presidente do TST, junta mais oito assinaturas de outros Ministros, e leva o assunto para votação. Se favorável ao pedido, edita-se um enunciado.

Esse procedimento é duvidoso porque o conceito de interesse público é muito subjetivo, e o processo em julgamento poderia ter decisões diferentes nas diversas turmas do TST.

Nos últimos três anos foram editados 172 enunciados, ou seja, 104 a mais que nos 41 anos anteriores, o que corresponde, percentualmente, a um aumento de 252,94%. A maioria por interesse público.

É por essas e outras que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) mobiliza-se, entre os mais diferentes setores, reivindicando uma reforma da estrutura da Justiça do Trabalho.

SÚMULAS DO TST

315 - IPC DE MARÇO DE 90, LEI N. 8.030/90 (PLANO COLLOR), INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO

A partir da vigência da Medida Provisória n. 154/90, convertida na Lei n. 8.030/90, não se aplica o IPC de março de 1990, de 84,32% (oitenta e quatro vírgula trinta e dois por cento), para a correção dos salários, porque o direito ainda não se havia incorporado ao patrimônio jurídico dos trabalhadores, inexistindo ofensa ao inciso XXXVI do Art. 5º da Constituição da República.

316 - IPC DE JUNHO DE 87, DEC. LEI N. 2.335/87 (PLANO BRESSER), EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO

É devido o reajuste salarial decorrente da incidência do IPC de junho de 1987, correspondente a 26,06% (vinte e seis vírgula zero seis por cento) porque este direito já se havia incorporado ao patrimônio jurídico dos trabalhadores

quando do advento do decreto-lei n. 2.335/87 (Cancelado pelo Res n. 37/94, de 15.11.94 - DOU 25, 28 e 29.11.94).

317 - URP DE FEVEREIRO/89 - LEI N. 7.730/89 - EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO

A correção salarial da URP de fevereiro de 1989, de 26,05% (vinte e seis vírgula zero cinco por cento), já constituía direito adquirido do trabalhador, quando do advento da Medida Provisória n. 32/89, convertida na Lei n. 7.730/89, sendo devido o reajuste respectivo. (Cancelado pela Res n. 37/94, de 16.11.94 - DOU - 25, 18 e 29.11.94).

323 - URP DE ABRIL E MAIO DE 1988, DECRETO-LEI N. 2.425/88

A suspensão do pagamento das URPs de abril e maio de 1988, determinada pelo decreto-lei n. 2.425, de 7.4.88, afronta direito adquirido dos trabalhadores, e o princípio constitucional da isonomia. (Cancelado pela Res. n. 38/94, de 16.11.94 - DOU 25, 28 e 29.11.94)

A partir do advento do governo Sarney, e com a segunda onda recessiva (década 80/89) que se abateu sobre a América Latina, o Brasil, passou a conviver com uma série de planos econômicos, que, teoricamente, foram implantados para combater a recessividade, e a inflação que se alastraram em toda a região.

Mas, ao longo da implantação desses planos, o que se observou foi uma série de prejuízos causados à classe dos trabalhadores, ao povo em geral, e uma recessão monstruosa na economia nacional.

No Brasil, os planos econômicos que mais causaram perdas para os trabalhadores foram o plano Bresser (26,06%), de junho de 1987; Verão (26,05%), de fevereiro de 1989; e o plano Collor (84,32%) de março de 1990, que, além de não haver integrado ao salário foi arbitrariamente incorporado ao saldo devedor de quem tinha contrato de financiamento de casas com o Sistema Financeiro da Habitação.

Esses três planos causaram prejuízos para os trabalhadores, e para a população em geral, de 136,43%.

Os sindicatos da CUT, a partir desses planos econômicos, mantiveram-se atentos, reivindicando as perdas por ocasião das campanhas salariais. Alguns bancos, à época, sinalizaram no sentido de formar grupos de trabalho (GT), com os sindicatos, para negociar os passivos trabalhistas. Mas acabou dando em nada.

BANQUEIROS E JUSTIÇA

Os banqueiros preferiram optar pela Justiça do Trabalho, pois, além de ganharem tempo com as demissões imotivadas ou por motivos econômicos (critério duvidoso), a Justiça poderia beneficiar o patronato com sua decisões. Lamentavelmente, quando as decisões judiciais beneficiam os patrões, são os próprios trabalhadores (mais valia) que vão para o bolso do empregador.

Por ocasião da elaboração da Constituição de 1988, o movimento sindical mobilizou-se e conseguiu várias conquistas de proteção aos trabalhadores. Entre elas, um dispositivo constitucional que garante na justiça seus associados. Foi o que fez a maioria dos sindicatos da CUT com as perdas dos planos econômicos.

Essa substituição - dos associados pelos sindicatos - foi muito polêmica. Algumas JCI's (Junta de Conciliação e Julgamento), e Tribunais reconheceram. Outros não. Só aí, decorreram, em média, dois anos. Mais dois anos, em

média, para discussão do mérito da ação (o pagamento ou não da perda) no Tribunal, em Curitiba. Mais dois anos, em média, no TST (Tribunal Superior do Trabalho), em Brasília. Depois de todos os recursos possíveis pelas partes, no mérito da ação, ela chega ao julgamento final. Parece que terminou, mas ainda não.

A parte perdedora pode entrar com uma ação rescisória (uma ação no resultado final da ação perdida), que também pode demorar até dois anos. Caso ganhe, anula o efeito da ação principal.

Há possibilidade dos sindicatos ganharem a ação como substituto processual, pagar os bancários, depois perder na ação rescisória e ter que devolver o dinheiro.

Mas, mesmo com a morosidade da Justiça do Trabalho, sindicatos da base do PACTU (Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, e Umuarama) têm conseguido reaver algumas perdas de planos econômicos.

Os sindicatos da base do PACTU trabalham conjuntamente (escritório jurídico único) nas ações coletivas, em Curitiba e Brasília, isto é, junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), e no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Já nas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), os sindicatos são representados por cinco advogados.

Não dá para unificar as JCJ's, pois, dependeria de reforma do Poder Judiciário, ou na Justiça Normativa do Trabalho.

Mas os departamentos jurídicos dos sindicatos podem ser unificados, fortalecendo com mais recursos humanos e técnicos, agilizando os trabalhos, e com certeza, com custos menores do que cada um sindicato gasta, unilateralmente. Esta é a proposta das diretorias da base do PACTU, que se têm reunido, constantemente para discutir o assunto.

INTERPRETAÇÃO

Atualmente o TST tem interpretado a substituição processual estritamente dentro da ótica do enunciado 310, "não há nenhuma sinalização de que será revista esta posição" - explicou Marcelo Montanha, diretor do Departamento Jurídico do SEEB Umuarama.

As ações contra planos econômicos estão sendo julgadas improcedentes pelo TST, ou quando vencedoras nas primeiras instâncias, são "desconstituídas" via ação rescisórias (JBL).

DESEMPREGO, TÔNICA DO SETOR TRABALHO



Fernando Henrique Cardoso, após perceber que sua incessante negação de que o desemprego não estaria afetando o Brasil, viu-se obrigado a reconhecê-lo, imediatamente a divulgação de pesquisa realizada pela revista *Istoé/Toledo e Associados*, em 14 de fev./96.

A pesquisa revelou que a falta de trabalho é o maior problema enfrentado pelo Brasil, na opinião de 41% dos entrevistados. Ainda assim, apesar dos dados levantados, o presidente FHC, recusava discutir o problema do desemprego.

Mas, 1996, foi um ano eleitoral. Diante dessa constatação, FHC, resolveu aproveitar-se do fantasma do desemprego. Declarou: "1996 será o ano do emprego". Não foi.

O diagnóstico feito pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos) afirma que "o aumento do desemprego, verificado nos últimos tempos, é consequência direta do Plano Real, da continuidade da implantação do projeto neoliberal (...), das estratégias de reestruturação das empresas, e do processo de concentração da terra, e da política agrícola, voltada aos grandes proprietários do campo".

No mesmo documento o DIEESE declara: "contribuíram, especialmente, para a deterioração do emprego: as facilidades concedidas às importações (sobervalorização do real, abertura indiscriminada as

importações), a política monetária restritiva que provocou retração das atividades em vários setores, e o uso abusivo das horas extras por parte das empresas".

E mais: no governo de FHC "está mudando a composição do mercado de trabalho, crescendo todo tipo de empregos precários, tais como o trabalho sem carteira assinada, o trabalho autônomo no mercado informal, a contratação via

10 funcionários, pelo menos três já perderam seus empregos); o setor financeiro, onde já foram constatados o fechamento de mais de 300 mil postos de trabalho, não pára de demitir; a abertura das fronteiras econômicas (globalização), expondo os produtos brasileiros à concorrência internacional, tem provocado uma onda de demissões em setores como o eletroeletrônico, têxtil, calçadista, e o automobilístico; outro grande empregador (talvez o maior) no Brasil, o setor público (municípios, estados e União), também vêem implementando programas de enxugamento, via incentivos a pedidos de demissão voluntária.

O setor financeiro já fechou mais de 300 mil postos de trabalho.

ANIQUILAMENTO

cooperativas fantasmas, a mão-de-obra temporária, e o trabalho a domicílio, além do trabalho infantil, e escravo".

Avesso à realidade incontestável, FHC, esqueceu os martírios do povo, para (re)inventar um Brasil globalizado, sem dar nenhuma importância à redução dos milhares postos de trabalho.

Esta ocorrência é extremamente preocupante para os sindicatos filiados a CUT, pois, a produtividade na indústria brasileira cresce, mas este desempenho não garante mais contratações. Pior: as fábricas estão produzindo com menos gente (de cada

É preciso destacar que a baixa inflação que se vem experienciando é resultado - principalmente - de uma política de juros altos, além da permissividade das importações, para pressionar os preços dos produtos nacionais para baixo, e principalmente, da manutenção de salários achatados. O salário mínimo necessário, (Boletim Dieese - Dez/96 - Nº 189) e de R\$ 794,40.

Essa postura da equipe econômica de FHC, muito tem contribuído para o aniquilamento da indústria, da agricultura, do comércio, do setor de serviços, e do emprego no Brasil.

Em verdade, até aqui, o Plano Real pode ser observado de duas maneiras: uma expansiva, e outra recessiva (JBL).

FHC, e a utopia de um país feliz

Quando assumiu a candidatura, e, posteriormente, não pôde mais a mão para salientar que o "seu" governo não havia...

Ao ingressar no terceiro ano de governo, FHC não conseguiu cumprir as promessas irreverentes. Em nenhum dos...

FHC, a partir do segundo semestre de 1996, iniciou um projeto personalista: a reeleição - sobretudo a manutenção do poder. Para tanto, FHC, promove um verdadeiro fetiche de desvirtuamento da práxis política. O que aconteceu, abandonou o terreno da social-democracia para se grileiro do neoliberalismo. Baseado num único fenômeno positivo do plano Real como instrumento de apoio para as pequenas e médias empresas/empresários, e dos setores reacionários da...

FHC financia países ricos



O presidente FHC, durante a campanha, e no primeiro ano de governo, disse que o Brasil seria um celeiro agrícola. A agricultura foi elevada à condição de "âncora verde" do plano Real.

Mas, o que se tem observado, é uma agricultura em declínio (em que pese o aumento das safras anuais).

Segundo a Folha de São Paulo (13/02/97), a agricultura foi o setor mais prejudicado em 96. Perdeu cerca de R\$ 1 bilhão de investimentos.

O ano de 1995 foi estranho para a agricultura. As boas safras somaram-se importações recordes, o que causou o aumento do volume dos estoques. O governo preferiu financiar a agricultura dos países ricos, mostrando descoordenação entre a política de abertura comercial, e as necessidades de fomento à produção.

FHC causou, em 1996, a depressão dos preços, encargos financeiros elevados, comercialização tumultuada, entre outros fatores. Resultado: o setor agrícola passa por momentos de retração, que há muito não se constata-

Agricultura perdeu R\$ 1 bi, em 1996.

tava no país.

Produtores rurais, principalmente os micro e pequenos (leia-se: agricultura familiar), estão decepcionados com o governo, que não tem dado o

mínimo de apoio para a agricultura.

O setor não conta com uma política de fomento sustentado, fato gerador de maior pobreza e miséria no campo, além do êxodo rural que, por sua vez, gera pobreza e miséria nos centros urbanos.

Para piorar ainda mais, FHC, mostra-se reacionário em relação ao implemento de uma política de reforma agrária. Isto tem provocado, no campo, a morte de dezenas de agricultores que lutam por um pedaço de terra. Os assassinatos de lavradores, em Corumbiara (Pa) e Eldorado dos Carajás (Pa), entre outros, são prova incontestável da ausência absoluta do governo FHC.

Estes fatos fizeram com que o presidente FHC levasse um puxão de orelhas do Papa João Paulo II, e dos intelectuais da Academia de Bolonha, na Itália, em fevereiro/97 (JBL).

Falta política educa



O governo de FHC ao estabelecer uma injusta política educacional para o país, condena a nação ao analfabetismo crônico. O Brasil, continua na rabeira do mundo alfabetizado.

Enquanto isso, FHC faz proselitismo político discutindo projeto personalista que visa, unicamente, sua manutenção no cargo de presidente imperial do Brasil.

Os efeitos da falta de uma política educacional, que priorize o ensino básico, estão sendo sentidos no dia-a-dia, principalmente, quando os estudantes são postos à prova, isto é, quando são chamados para o exercício profissional. É exatamente neste momento que se percebe que o governo de FHC condenou a nação ao analfabetismo crônico. Exemplo disto demonstra o deputado Paulo Bernardo (PT-Pr), em recente levantamento: os investimentos por função (em relação ao orçamento da União) na rubrica Educação e Cultura sofreu, em 1996, uma

perda de investimentos de 16,65%. No ano de 1995, foram gastos R\$ 30 milhões em educação básica. O mesmo valor foi gasto em 1996.

O mesmo valor foi gasto em 1996.

cabeça da atual, é com os donos do povo apático sem qualificação da crônica. Inte

POLÍTICA HABITACIONAL...



O Brasil é um dos países do terceiro mundo com os maiores déficits de residências.

Em 96, FHC, anunciou à Nação que destinaria pouco mais de R\$ 700 milhões para serem aplicados na construção de casa.

Mas, ao se fazer uma leitura crítica da realidade do setor, verifica-se que os recursos anunciados para um programa de habitação, são um verdadeiro jogo de cena governamental. Duas situações "sui generis" decorrem a partir daí.

A primeira situação denuncia uma política de crédito habitacional frágil e inconsistente, ao ponto de vir sofrendo críticas de todos os setores.

Os agraciados com a carta de crédito - a CEF deveria liberar o valor contratado num prazo de 48 horas - não conseguem adquirir os imóveis, pois, a Caixa, não tem disponibilizado o dinheiro antes de 45 dias. Isto faz com que os proprietários dos imóveis disponíveis à venda não queiram negociar com os compradores.

A segunda situação apresenta-se mais hilariante. Tome-se, por exemplo, os cálculos seguintes:

1 - Dividindo-se o valor anunciado (R\$ 719 milhões) pelo número dos estados brasileiros, verifica-se que, a cada um, estaria destinado um montante de R\$ 26.629.629,62.

2 - Considerando-se, como exemplo, o estado do Paraná, que tem hoje, mais ou menos, 416 municípi-

os, constata-se que, a cada um, caberia o total de R\$ 64.013,53.

Estes recursos dariam para construir apenas duas residências em cada um dos municípios paranaenses. A CEF, teria como crédito máximo, para os que foram contemplados, apenas pouco mais de R\$ 30 mil, em média. O programa habitacional de FHC é um terrível engodo de dimensões nacionais.

Há, ainda, um outro complicador: a grande maioria dos trabalhadores brasileiros (22,1%, - Anuário dos Trabalhadores 1996-97/ DIEESE - Tabela 43 - pág. 80), que compõem a população economicamente ativa (PEA), que é de 74.138.441, ganha até um salário mínimo.

Adicionando-se a este contingente os que ganham até três salários mínimos (20,4%), vê-se que a grande massa dos trabalhadores incursos na PEA, (42,5%), não têm as condições exigidas pela burocracia do SFH (em que pese anunciar que o financiamento seria destinado para trabalhadores que ganhassem até 12 salários mínimos). Na prática, os que ganham até três mínimos continuam de fora do programa.

Para piorar ainda mais a situação, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que originariamente deveria ser canalizado para a construção de casas para trabalhadores de baixa renda, tem sido desviado para outros fins. Esta denúncia tem sido feita pela CUT (Central Única dos Trabalhadores)(JBL).

42,5% dos trabalhadores ficam de fora do SFH.

governo, em 1994, FHC, utilizou os cinco dedos da cartaria políticas de saúde, educação, agricultura, e trabalho.

ixa a Nação num verdadeiro desconforto com suas tes, o presidente, demonstrou competência para entá-los.

qu a ter como política fundamental de governo um ia -, a qual vem defendendo com unhas e dentes.

te fisiologismo utópico (ou real?), num processo de gente era filosofia passou a ser pragmatismo. Tanto deira do partido que o elegeu, o PSDB, para tornar- em como principal defensor o PFL.

al, que é, até o momento, o controle da inflação em ente como um projeto de salvação nacional, e usa o eleição, e para isso conta com aliados como grandes conservadores do Congresso Nacional, e setores imprensa nacional(JBL).

nal no governo de FHC

m 1995 os investi- ao setor foram de issado foi de apenas senta, em dinheiro, enos de investimen-

também, da educa- projeto que não está e existiria - sim - na

ação e\$ 30 mi, 996.

rinante que, nos dias a por FHC. Aos no- Brasil interessa um aciocínio, e mesmo, atura para o exercí- cidade. sim - a FHC, uma

nação marginal, e fora do processo de desenvolvimento. Tal contingência sugereria a FHC a implantação da neodidatura liberal, que se baseia no processo de reeleição.

Como sociólogo, FHC, é sabedor de que é muito mais fácil dominar um povo analfabeto que um país contextualizado na educação. Não há democracia se, paralelamente, não houver um povo com um nível de educação - no mínimo -, aceitável, que se lhe permita distinguir a verdadeira filosofia da práxis política, da prática de políticas de resultados pragmáticos.

E mais fácil dominar uma nação de "caipiras" - conforme a conceitualização de FHC -, que governar um país de PhD's. Ao insistir na falta de uma política de educação básica, FHC, traduz estranhos interesses da neopolítica internacional de dominação, onde o afastamento da União de políticas fundamentais é proposto, em benefício de uma educação privatizada, mecanicista, caputalista, e fora do controle do governo, e da sociedade(JBL).

A saúde está na UTI



Disse o Presidente: "1997 será o ano da saúde".

Se tomarmos como referência a afirmativa que fez no ano passado ("1996 será o ano do emprego"), com relação ao emprego/desemprego, a saúde brasileira está condenada à UTI.

No final de 1996, mesmo a grande imprensa nacional que sustenta na mídia o (des)governo de FHC, viu-se obrigada a fazer reportagens sobre as mortes de mais de uma centena de crianças, idosos, entre outros.

Pessoas (aos montes) estão morrendo nos corredores dos hospitais brasileiros.

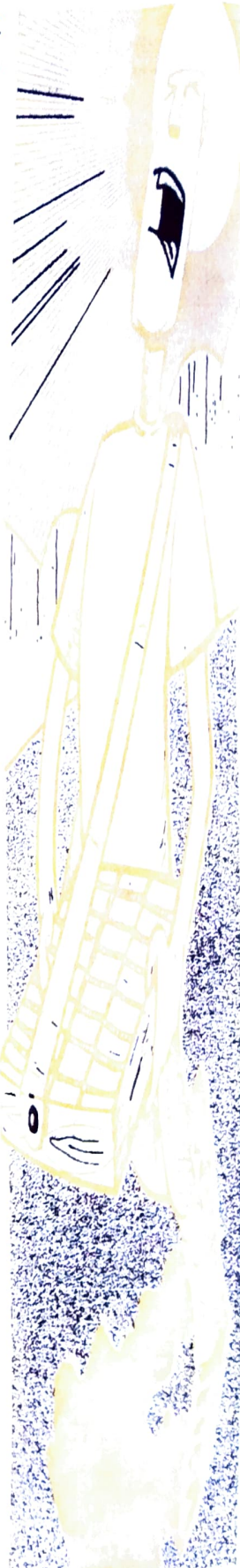
Os trabalhadores estão sendo obrigados a enfrentar intermináveis filas, em busca de uma consulta, que provavelmente se

efetivará dentro de 90/180 dias.

Os hospitais credenciados, encontram-se em pleno processo de autodescredenciamento do SUS (Sistema Único de Saúde), devido ao calote (falta de pagamento) que o governo de FHC vem impondo ao sistema público, e privado, de saúde.

A CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que teve início no dia 23 de janeiro, (poderá gerar recursos de R\$ 6 bilhões), não vai tirar o país da maca da UTI.

A malária, praticamente erradicada, volta a matar trabalhadores no alto Amazonas. A dengue, continua a infectar rios, e matar, também. Ironicamente, o ministro Gustavo Krause foi picado pelo aedis egípti nas barbas do poder(JBL).



Sociais/Esportes/Geral

Paranavaí

Torneio São Sebastião de Futebol Suíço

Numa promoção do Clube dos Bancários de Paranavaí foi realizado no dia 20 de janeiro último, o torneio São Sebastião de Futebol Suíço. O campeonato, neste ano, teve a participação de não bancários, como forma de integrar a categoria ao conjunto da sociedade paranavaense. Confira abaixo os resultados dos jogos e a classificação final:

1ª Fase

Finas/Argus	2	X	2	Força Joven
Banco Itaú	2	X	3	Cocamar Citrus/Trans Favile
PR Auto	1	X	1	Bar Triângulo

2ª Fase

Escola Fisk	4	X	1	Finasa/Argus
Ivaí Veículos	5	X	3	Banco Itaú
Auto Esc. Pvaí	2	X	0	PR Auto Peças

3ª Fase

Escola Fisk	1	X	1	Força Joven
Ivaí Veículos	2	X	0	Cocamar Citrus/Trans Favile
Banda MR	0	X	1	Supermercado Kochi
Auto Esc. Pvaí	2	X	1	Bar Triângulo

Fase Semifinal

Escola Fisk	1	X	2	Auto Esc. Pvaí
Ivaí Veículos	2	X	1	Supermercado Kochi

Fase Final

Auto Esc. Pvaí	2	X	1	Ivaí Veículos
----------------	---	---	---	---------------

Classificação Final

1º Colocado	-	Auto Escola Paranavaí
2º Colocado	-	Ivaí Veículos
3º Colocado	-	Escola Fisk
4º Colocado	-	Supermercado Kochi
Artilheiro	-	Pinho (Auto Escola Paranavaí)
Goleiro menos vazado	-	Rodrigo (Auto Escola Paranavaí)

Troféus

1º Colocado	-	Câmara Municipal de Paranavaí
2º Colocado	-	Kaiser/Coca-Cola
3º Colocado	-	Depósito Mat Casarão
Artilheiro	-	Kaiser
Goleiro	-	Coca-Cola

Dia 12/03/97, o SEEB Toledo realizará eleição para delegado sindical do BB nas agências de Toledo, Palotina, e Cândido Rondon. As inscrições podem ser feitas até 07/03/97

Acontecerá no dia 8 de março/97, Dia Internacional da Mulher, palestra sobre "Câncer de Colo Uterino e Mama", nas cidades de Toledo, Rondon e Palotina. É uma promoção do Sindicato dos Bancários de Toledo

CARNIVAL

PRÉ-DATADO ANIMA CARNAVAL DE RUA

No carnaval deste ano, em Paranavaí, o bloco Pré-Datado, composto pela grande maioria dos bancários, e pela população em geral, teve como tema principal o **desemprego**. O Pré-Datado tratou, também, de questões nacionais como as privatizações, e a defesa do patrimônio público. No plano estadual o Pré-Datado defendeu a escola pública, criticou o processo de terceirização, cobrou uma imprensa livre e democrática, e apoiou o movimento dos sem-terra. No plano municipal o bloco Pré-Datado criticou os altos salários do prefeito, dos secretários municipais, e dos vereadores, que passarão a receber dos cofres públicos valores acima dos R\$ 2 mil, enquanto a grande massa dos servidores públicos continua recebendo 1 salário mínimo (R\$ 112,00). O sucesso foi tanto que o bloco, conforme os seus organizadores, contou com a participação de mais ou menos 5 mil pessoas.

Cumbucão é
Copa Bancários

O sucesso alcançado pela 9ª Copa Bancários de futebol suíço, em 1996, ao que tudo indica, será repetido neste ano de 1997.

Outra iniciativa, a 3ª Copa Bancários Cumbucão, também, obteve grande destaque durante a sua realização.

Para completar o quadro de sucessos, o "rachão", outra iniciativa do SEEB de Umuarama, contou com grande participação de bancários e ex-bancários, e de pessoas da comunidade.

Estes eventos já começam a causar grande expectativa junto à categoria dos bancários umuaramenses, dizem integrantes da Diretoria de Integração Social e Promoção de Eventos do Sindicato dos Bancários de Umuarama e Região.

Além desses eventos o SEEB Umuarama pretende desenvolver atividades no campo cultural com a criação de um grupo de teatro para atividades sindicais.

É pensamento da diretoria, também, promover atividades e eventos que visem a integração regional dos bancários com o sistema diretivo do sindicato.

Campo Mourão



Mirna Loi Labre (ao centro com flores à mão) é a nova presidente do SEEB de Campo Mourão

SEEB DE CAMPO
MOURÃO JÁ COM
NOVA DIRETORIA

O SEEB de Campo Mourão empossou, no dia 4 de fevereiro/97, a mais nova diretoria da entidade sindical de bancários, eleita no dia 10 de dezembro do ano passado (1996).

A solenidade de posse do novo sistema diretivo do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região ocorreu na sede da entidade, às 20 horas, e contou com grande participação da categoria.

A nova diretoria está assim constituída: Mirna Loi Labre (presidente); Paulo César Machado Carneiro (vice-presidente); Francisca Ribeiro Salvador (secretaria geral); Sônia Joséli Miranda Lasta (secretaria de finanças); Sônia Yamada Mauro (formação sindical e estudos sócio-econômicos); José Pedro de Souza Carneiro (assuntos esportivos); Nivalda Sguissardi Roy (assuntos sociais); Francisco da Silva (imprensa e divulgação).

Desemprego

BANESTADO PLANEJA DEMITIR MAIS DE DOIS MIL BANCÁRIOS

Pela Substituição Coletiva da Diretoria

Por Edilson José Gabriel (*)

O presidente do Banestado anunciou, em 31-01-97, a demissão de 2.641 funcionários, num prazo de dois anos.

As demissões fazem parte de um conjunto de medidas que visam "sanear" as contas do Banestado que, durante o ano de 1996, apresentou resultado operacional negativo.

O Plano Real já tem dois anos e meio e durante este período, que mudou radicalmente o perfil do sistema financeiro, o funcionalismo do Banestado mostrou com quantos paus se faz um banco sólido: correspondeu às campanhas de captação, deu duro na corrida pelo ISO 9002, enfim, adaptando-se às novas exigências do mercado.

Se houve todo este esforço, e o Banestado ainda está em dificuldades, não é por causa dos seus funcionários.

O balanço do banco demonstra com clareza: a origem dos problemas são os excessos de créditos em liquidação, fruto de uma equivocada política de crédito e finanças.

Pergunta-se: quem define o que o banco vai fazer, e em que direção o banco vai?

Certamente não são os funcionários, e sim, a diretoria.

Então, quem deve ser substituído?

(*) Edilson José Gabriel é diretor-secretário do SEEB-Umuarama(Pr).

O governo Jaime Lerner está preparando um golpe contra os funcionários do Banestado.

Quando assumiu o governo paranaense, Jaime Lerner, dissera que durante o seu governo faria defesa intransigente do banco, dos funcionários.

Mas, o que se vem observando é a intenção do governador, da mesma forma como faz o governo de FHC, no plano federal, de desmontar o sistema financeiro estadual.

Lerner teria autorizado a alta direção do Banestado a implementar um plano de reestruturação produtiva, para os dois próximos anos, no qual, os funcionários do Banestado, seriam os principais prejudicados.

Vale salientar que, o esquema de desmonte do Banestado, já denunciado pelos sindicatos da CUT, desde o ano passado, vem promovendo uma série de injustiças contra os funcionários do banco, como as pressões para que os bancários peçam suas demissões voluntárias. E quando isso não ocorre, a diretoria impõe aos trabalhadores transferências compulsórias arbitrárias. Se mais não houve foi em decorrência das ações dos sindicatos da CUT, em parceria com a FETEC, que impetraram diversas ações para impedir a continuidade das arbitrariedades.

No final do mês de janeiro e início de fevereiro, Lerner, através da alta direção do Banestado, teria autorizado a instituição promover um plano de reestruturação produtiva, onde a tônica seria demissões em massa, corte de horas-extras, redução salarial, além da fragilização e precarização de outros tantos direitos dos trabalhadores do banco.

Ao tomarem conhecimento da iniciativa, os sindicatos da CUT, juntamente com a FETEC estadual, entraram em ação visando participar da



Dirigentes sindicais negociando com o representante do Banestado (com a mão no pescoço).

reunião da diretoria do Banestado, no dia 31 de janeiro, quando, na oportunidade, o Plano de Ação 97/98 seria apresentado aos superintendentes regionais e gerentes de divisão.

A participação dos sindicalistas foi impedida pela direção da instituição, que, entretanto, viu-se obrigada a aceitar a participação da conselheira representante dos funcionários do Banestado, Zinara M. de Andrade.

PLANO DE AÇÃO

As medidas anunciadas pelo presidente do Banestado, no dia 31 de janeiro, em reunião com toda a diretoria e os superintendentes regionais, deixou claro que, os principais prejudicados serão os bancários da instituição.

Ficou evidente, de forma arrogante e ameaçadora, que o Banestado intenciona demitir, nos próximos dois anos, 2.641 funcionários. Para tanto, como forma velada de pressão, o banco irá extinguir o pagamento de horas-extras (eventuais, habituais ou fixas), numa tentativa de amedrontar todo o quadro de funcionários.

Outra medida que poderia vir a ser implementada pela diretoria do

Banestado, seria o retorno das transferências compulsórias (suspensas no último trimestre do ano passado em decorrência de ações movidas pelos sindicatos da CUT), como forma de pressionar os bancários que se recusam a fazer horas-extras sem remuneração alguma.

O presidente anunciou, ainda, que agências do Banestado (por critérios não explícitos) serão fechadas em várias regiões do estado. Outra medida será a redução da contribuição do banco à FUNBEP.

AVALIAÇÃO

O movimento sindical ligado à CUT faz a seguinte interpretação, a partir de estudos feitos pelo DIEESE: "todas as medidas atacam diretamente os funcionários, mas não atacam as verdadeiras causas da situação operacional do Banestado, além da péssima administração do banco, principalmente, em relação à política de crédito".

O movimento sindical acredita, ainda, que as medidas fazem parte de um projeto oculto, que está por ser ainda anunciado: a privatização do Banestado - pura e simplesmente -, ou a fusão com um outro banco privado.

370

Educação e Cultura

BANCÁRIO TRANSFORMA LUTAS EM CULTURA

Com muito humor e alegria os bancários de todo o Brasil utilizaram-se da cultura popular para fazer suas reivindicações específicas, e, também, para protestar contra as tarifas abusivas que foram impostas - a clientes e usuários - pelos banqueiros, com total apoio do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os movimentos "Pepino", "Abacaxi", e "Banana", tiveram apoio de vários segmentos da sociedade brasileira.

Em 96, peças teatrais, shows, retretas, entre outras atividades, deram o tom bem humorado da

campanha salarial/96, e da grande maioria das lutas encaminhadas pela categoria dos bancários. Foi, sem dúvida, o início de uma

etapa inteligente, e que contou com o apoio de clientes, usuários, e do povo em geral, para despesero dos banqueiros, e de FHC.

A categoria, e os sindicatos da CUT/CNB/FETEC, apesar de avaliarem que as perspectivas são desfavoráveis sobretudo com relação à manutenção dos atuais postos de trabalho, e a criação de outros tantos, admitem que, para 1997, se há de desenvolver lutas idênticas às que aconteceram no ano passado.

As principais lutas para este ano, prevêem sindicalistas da CUT, estarão centradas nos dois temas principais:

- 1) melhoria do nível salarial, e diminuição da carga horária de trabalho; e,
- 2) manutenção e sustentação dos atuais postos de trabalho.



Teatro como arma de reivindicação



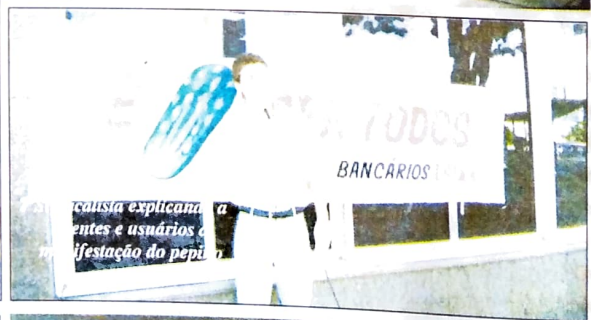
Em 96, clientes, usuários e os bancários só levaram pepino dos banqueiros



Peças teatrais de intermédio para as reivindicações dos bancários



...a Fern... de Umaraima... participou do abaixo-assinado contra a cobrança das tarifas bancárias.



causa explicando a... e usuários a... manifestação do pepino



A representação teatral transformou-se em um dos pontos altos das reivindicações dos bancários, em vários estados do País



ram banana para... s e os bancários